



## Governo proíbe contratos com pessoas e empresas envolvidas em atos golpistas

Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) veta a participação em licitações e a contratação de pessoas físicas ou jurídicas que praticarem ou incentivarem atos antidemocráticos. A medida, publicada na edição desta quarta-feira (12) do Diário Oficial da União, tem poder vinculante, ou seja, deverá ser seguida em caráter obrigatório por todos os órgãos do Executivo federal.

Segundo a AGU, a contratação dessas pessoas físicas e jurídicas deverá ser interpretada como situação incompatível com os princípios da moralidade, do interesse público e da segurança jurídica. Para o órgão, a prática ou a instigação de atos antidemocráticos por parte do contratado pode causar a rescisão do contrato administrativo. A decisão teve o apoio do presidente Lula e do ministro da AGU, Jorge Messias.

“Não se vislumbra alinhada ao princípio do ‘desenvolvimento sustentável’ a contratação pela qual o Erário se obriga a remunerar quem atua materialmente para gerar retrocesso institucional e a derrubada do edifício democrático do país, sobretudo tendo em vista que, no contexto da economia de mercado, a ruptura democrática, muito longe de acarretar qualquer avanço econômico, possui como real consequência o

descrédito do mercado, bem como o receio e o desestímulo dos investidores de alocarem seus recursos na economia nacional”, diz trecho do parecer.

Pessoas físicas ou jurídicas que praticaram ou estimularam atos antidemocráticos, quando figurarem como licitantes ou contratadas no regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/21, estarão sujeitas à responsabilização administrativa, mediante a aplicação da penalidade de “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”, ficando, assim, impedido de licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

Ainda de acordo com o parecer, a administração pública tem cinco anos, contados da ciência do fato, para instaurar o devido processo administrativo para apurar a questão.

O documento prevê também que a aplicação das sanções de “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” ou de “impedimento de licitar e contratar com a administração pública” não possui efeito rescisório automático dos contratos em curso, impedindo apenas a prorrogação desses instrumentos.

Fonte: Congresso em Foco



## Funai terá papel fundamental na política indigenista

A retomada da política indigenista brasileira é uma das prioridades do atual governo federal que terá o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) como principais promotores. Nos primeiros 100 dias de governo, a atuação do Ministério e da Funai foi marcada por um movimento de reestruturação das políticas e enfrentamento à situação emergencial de calamidade pública do povo Yanomami, deixada pela política anti-indígena sistemática e intencional do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Sindsep-PE

[Matéria em Condsef.org.br](http://Matéria em Condsef.org.br)



## Justiça obriga redes sociais a retirar conteúdo com apologia a violência

As redes sociais serão obrigadas a retirar conteúdos que estimulam violência e ódio determinou o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em portaria publicada nesta quinta-feira (13), no Diário Oficial da União. A partir de agora, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) deve instaurar processo administrativo para apurar e responsabilizar as plataformas diante da propagação de conteúdos que incentivem ataques contra o ambiente escolar ou que façam apologia e incitação a esses crimes e seus perpetradores. Veja abaixo de como deverá ser os procedimentos do governo e das redes sociais.

A decisão do governo é para evitar o estímulo a ataques, principalmente, em escolas que ocorreram recentemente. Casos como esses eram raros no país, após se intensificou nas últimas três semanas, causando a morte de uma professora em São Paulo e quatro crianças em Blumenau (SC).

Outros ataques não resultaram em mortes. Em 30 de março, um aluno da escola estadual Palmira Gabriel, em Belém, no Pará, foi esfaqueado por um colega. Na segunda-feira (10), um adolescente atacou uma professora e dois alunos a facadas em uma escola particular de Manaus, no Amazonas. E nessa terça-feira (11), um adolescente de 13 anos feriu com faca três colegas durante um ataque no Colégio Estadual Dr. Marco Aurélio, em Santa Tereza de Goiás.

### Neonazistas planejavam ataques no RS

Diante desses crimes praticados por adolescentes e adultos, a polícia vem intensificando o cerco ao círculo de amizades nas redes sociais dos que praticaram atendidos nas escolas e às postagens que grupos de extrema direita publicam nessas plataformas.

Foi desta forma que a polícia apreendeu um adolescente de 14 anos, na noite desta terça-feira (11), por suspeita de planejar um possível ataque contra uma escola em Maquiné, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A ação da Polícia Civil e da Brigada Militar recolheu materiais de cunho nazista. Os pais do jovem foram presos por apologia ao nazismo.

Segundo a Polícia Civil, a investigação identificou o caso depois de monitorar trocas de mensagens do adolescente nas redes sociais, a partir da apreensão anterior de um adolescente no Paraná. Foi apurado que eles teriam ligação e que o jovem gaúcho estaria sendo orientado pelo paranaense a realizar um ataque contra uma escola nesta semana.

Durante as buscas, foram apreendidos diversos materiais, como uma arma de fogo falsa, bandeiras e fotos nazistas e fascistas, canivetes, facas e fardas camufladas.

À GZH, o diretor do Grupo de Operações Especiais da Core, delegado Marco Antônio de Souza, disse que o adolescente foi apreendido por ato análogo a terrorismo e admitiu que planejava ataque iminente.



A Polícia Civil investiga se este caso tem relação com os demais casos de ataques e ameaças recentes.

O prefeito de Maquiné, João Marcos Bassani, suspendeu as aulas no município. Ele destaca que, por enquanto, as atividades serão interrompidas somente nesta quarta-feira, mas a situação é discutida com professores e pais. Três escolas estaduais e nove municipais estão com as portas fechadas.

Fonte: CUT

